

Nortec Química S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR
30 de setembro de 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras	11
Notas explicativas às Informações financeiras	23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Informações Trimestrais 30/09/2015

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e a Sociedade em Geral, o Relatório da Administração da Nortec Química (COMPANHIA), e as correspondentes Informações Financeiras, referentes ao período findo em 30 de Setembro de 2015, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Principais Indicadores:

Tabela 1

R\$ mil	9M15	9M14	Δ %
Faturamento Bruto	121.906	80.169	52%
Produção (kg)	194.920	201.839	-3%
Margem Bruta	41.977	20.438	105%
EBITDA	31.325	11.482	173%
Lucro Líquido	20.669	7.777	166%
Índice Liquidez Imediata	0,70	0,82	-15%
Índice Liquidez Corrente	2,98	3,56	-16%
Índice Grau de Endividamento(*)	61%	53%	15%

(*) = (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Patrimônio Líquido

Tabela 2

R\$ mil	9M15	%RL	9M14	% RL	Δ %
Receita Líquida	116.140	100%	74.708	100%	55%
CPV	-74.163	-64%	-54.270	-73%	37%
Lucro Bruto	41.977	36%	20.438	27%	105%
Despesas/Receitas Operacionais	-11.177	-10%	-8.892	-12%	26%
EBITDA	31.325	27%	11.482	15%	173%
Resultado Financeiro	371	0,3%	611	1%	-39%
Lucro Líquido	20.669	18%	7.777	10%	166%

Considerações da Administração

A COMPANHIA está em plena fase executiva de investimentos em Ativos Fixos, que envolvem a duplicação da sua capacidade de produção, dentro dos mais rigorosos padrões regulatórios, o que deverá ampliar o acesso da Companhia aos mercados farmacêuticos altamente regulados, em especial nos EUA, Europa e Japão. A expansão das instalações de produção, quando terminada, faz parte de seu Planejamento Estratégico, como fundamental para fazer frente ao crescimento de mercado projetado pela Empresa.

A COMPANHIA, em setembro, adquiriu uma área de 14.974,98 m² da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, contígua às suas atuais instalações industriais, pelo valor de R\$1.1 milhões, para futuras ampliações.

Conforme Fato Relevante datado de 25 de setembro de 2015, a COMPANHIA teve a sua produção parcialmente interdita pela ANVISA e SUVISA/RJ (Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Superintendência de Vigilância Sanitária), para atividade de fabricação de insumos farmacêuticos Ativos (IFAs), através da publicação da Portaria SVS nº 27, de 25 de setembro de 2015. Em cumprimento à determinação, a COMPANHIA paralisou a produção de IFAs, acumulando estoques de insumos nos últimos dias do trimestre. O estoque de IFAs produzidos pela COMPANHIA, bem como os produtos de terceiros para revenda, não foram impactados pela interdição parcial, tendo sido dada continuidade nas operações de comercialização.

A Companhia diligenciou ações imediatas de adequações na área produtiva, emissão e revisão de procedimentos internos e treinamento de pessoal, a fim de atender às exigências apontadas pela Agência Reguladora. Assim sendo, em 28 de setembro, a COMPANHIA apresentou à ANVISA e SUVISA, um Relatório de Ações Corretivas implementadas, e ao mesmo tempo solicitou uma nova inspeção para o início do mês de outubro, para fins de desinterdição.

A Reinspeção ocorreu em 27 de outubro, e no dia 29, a ANVISA e SUVISA assinaram o termo de desinterdição da atividade e fabricação de insumos farmacêuticos, dando origem a um novo fato relevante, datado de 29 de outubro de 2015. A Administração da Companhia estima que a interdição parcial da produção não trará impacto relevante no faturamento de 2015, mas poderá provocar um aumento no prazo de permanência dos estoques.

Perspectivas do País

A crise política e econômica avança no país, mantendo um cenário pessimista para esse segundo semestre de 2015. O dólar em setembro manteve o movimento de alta iniciado em julho, chegando a ser cotado a R\$4,1949 e fechando o mês cotado em R\$3,9729 (Dólar Ptax venda - Bacen).

De acordo com o Boletim Focus (BACEN), há uma expectativa de que em 2015, o PIB encolha 3,02%, e que a inflação atinja 9,85%. A taxa de juros deverá permanecer em 14,25%, a taxa de desemprego acima dos 7%, e o dólar em R\$4,00 no final do ano.

Perspectivas do segmento no País

De acordo com a ABIQUIF, a produção local estimada de farmoquímicos nos nove meses de 2015, atingiu US\$564.9 (em milhões FOB), e no ano de 2014, foram produzidos US\$802.1 (em milhões FOB).

Ainda de acordo com a Associação, as importações, que em 2014 registraram a marca de US\$2,716.3 (em milhões FOB), acumularam até setembro US\$1,868.5 (em milhões FOB).

Já as exportações, atingiram US\$395.4 (em milhões FOB) em 2015, enquanto que em todo ano 2014, as exportações de farmoquímicos foram de US\$561,4 (em milhões FOB).

A escalada do dólar nos últimos meses atinge diretamente aos segmentos que dependem da importação de produtos. Cerca de 90% da matéria prima utilizada na

fabricação de medicamentos, é importada principalmente de países como China e Índia.

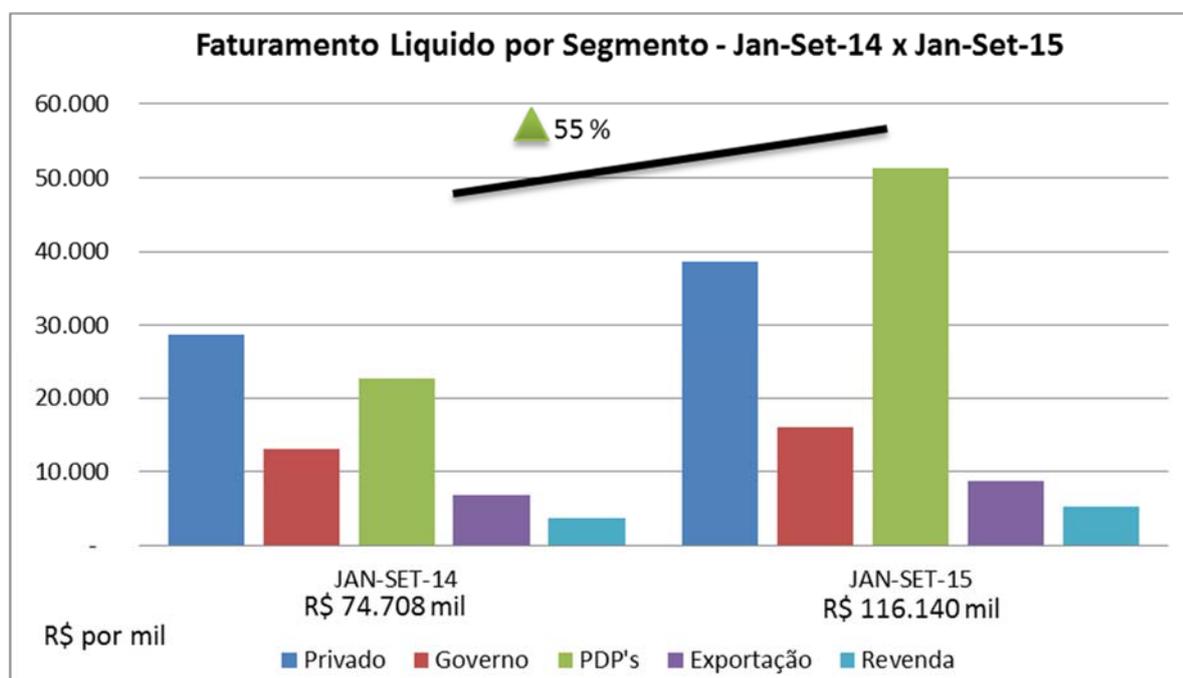
De outro lado, para o setor da NORTEC QUÍMICA, de Síntese de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), torna a indústria farmoquímica nacional, mais competitiva, nas suas exportações.

(Indicadores - Fonte: Abiquif - Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos farmacêuticos)

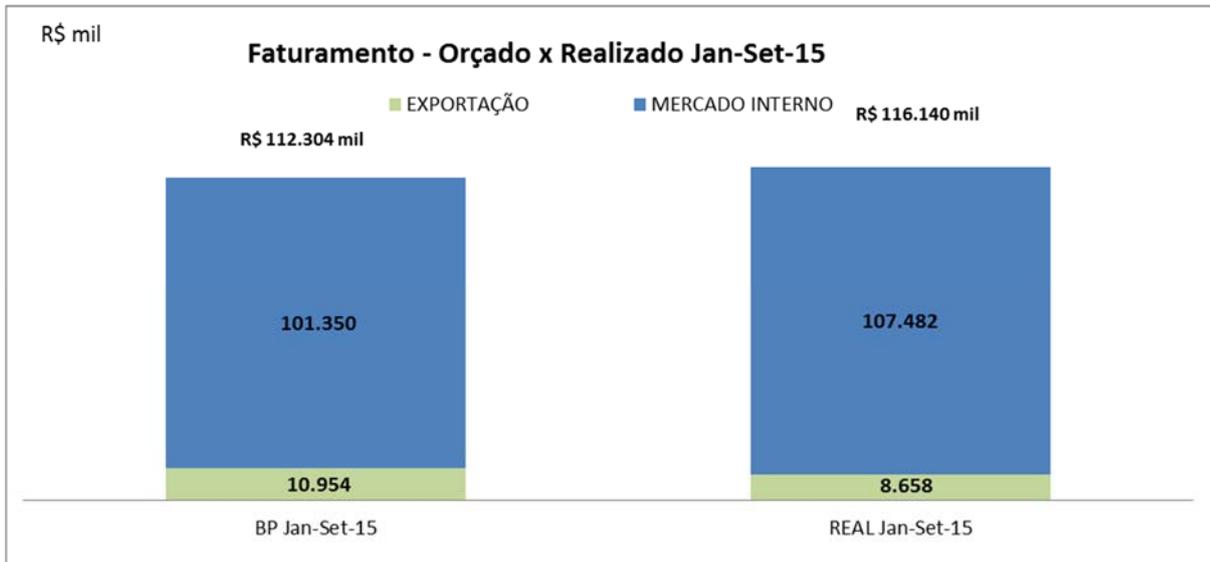
Análise Econômica Financeira

- **Faturamento líquido**

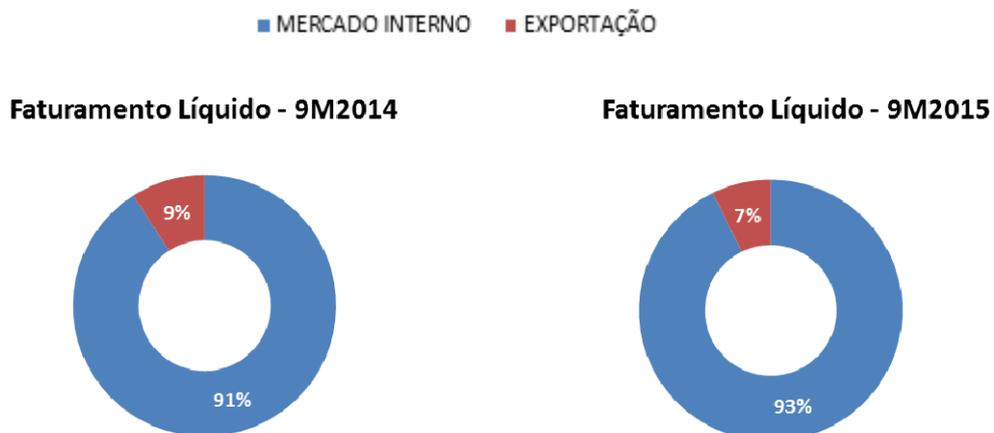
A receita líquida, no acumulado dos 9M15 alcançou R\$ 116,1 milhões, um aumento de 55% em comparação com o mesmo período de 2014, quando atingiu R\$ 74,7 milhões.



Em comparação com o orçamento previsto para o acumulado, o total realizado nos 9M15 encontra-se 3% superior ao esperado, devido principalmente às variações no mix de produtos vendidos no mercado interno.



A receita da Companhia é composta quase que na sua totalidade pelo mercado interno, que representou 93% do acumulado de janeiro a setembro de 2015. Houve uma redução da participação de vendas para o mercado externo passando para 7% sua participação sobre o total acumulado.



- **Mercado exportação**

As vendas apresentaram um aumento de 31% no acumulado do período de Janeiro a Setembro de 2015 (R\$ 9 milhões) em relação ao mesmo período de 2014 (R\$ 6,9 milhões), sendo que esforços foram envidados para fortalecer este segmento estratégico.

A elevação do dólar foi o principal responsável pelo crescimento no valor das exportações no período de Janeiro a Setembro de 2015. Os produtos com maior demanda de faturamento para exportação no período foram o Benzoato de Denatônio, Espironolactona e Cloridrato de Midazolam.

- **Custo dos produtos vendidos**

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 74,1 milhões no acumulado de janeiro a setembro de 2015, o que representou 64% da receita líquida. Em relação ao mesmo período de 2014, a sua representatividade em relação à receita líquida foi 9% a menos, devido ao mix de produtos vendidos no mercado interno.

- **Despesas/Receitas operacionais**

As despesas operacionais atingiram R\$ 11,9 milhões no acumulado dos 9M15, representando um aumento de 16% em relação ao mesmo período de 2014.

A contratação de uma consultoria internacional, para assessorar à Nortec Química na elaboração do seu Planejamento Estratégico, foi a responsável por esse aumento. A administração da Companhia vem fazendo um grande esforço visando a redução das despesas operacionais, e se não fosse a contratação dessa consultoria, as despesas operacionais praticamente não teriam variação, se comparadas com o mesmo período de 2014.

Em relação às outras receitas líquidas operacionais, o acumulado dos 9M15 atingiu R\$ 815 mil reais.

- **EBITDA**

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no acumulado de janeiro a setembro de 2015 foi de R\$ 31,3 milhões positivos por conta dos efeitos anteriormente mencionados.

- **Liquidez e endividamento**

A disponibilidade financeira consolidada, ao final dos nove meses de 2015 foi de R\$ 21,9 milhões, sendo integralmente em moeda local (Real). Houve um aumento de 23% em relação ao final de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 17,8 milhões, principalmente, pelo pagamento de R\$3,2 milhões de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio. As aplicações financeiras no acumulado dos 9M15 representam 57% desta disponibilidade, estando registradas integralmente no circulante. Em 30 de setembro de 2015 os empréstimos totalizavam o montante de R\$ 17,1 milhões, estando R\$ 1,1 milhões registrados no passivo circulante e R\$ 16 milhões no não circulante.

78% dos empréstimos da Companhia, registrados no Passivo Não Circulante, correspondem a contratos de financiamento de longo prazo, contraídos com BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido no acumulado dos 9M15 foi positivo em R\$ 371 mil, sendo R\$ 1.340 mil de receitas financeiras, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras, e R\$ 984 mil referente a despesas financeiras. Em relação ao resultado cambial, o período se encerrou com uma variação positiva de R\$ 15 mil.

- **Patrimônio líquido**

Ao final dos 9M15, o patrimônio líquido atingiu R\$ 83,7 milhões (R\$ 7,04 por ação), 33% superior ao patrimônio líquido alcançado em dezembro de 2014 (R\$ 62,9 milhões e R\$ 5,30 por ação). A variação do patrimônio líquido consolidado ao final do primeiro semestre deve-se ao aumento de R\$ 20,7 milhões, referente ao lucro líquido apurado de janeiro a setembro de 2015.

Instrução CVM nº 381/2003

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no período findo em 30 de Setembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

A Diretoria.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Nortec Química S.A.
Duque de Caxias - Rio de Janeiro

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Nortec Química S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.877
Preferenciais	0
Total	11.877
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	129.201	91.931
1.01	Ativo Circulante	88.584	68.601
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.546	6.493
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.447	11.379
1.01.03	Contas a Receber	17.579	26.358
1.01.03.01	Clientes	17.579	26.358
1.01.04	Estoques	42.778	20.045
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.006	2.542
1.01.07	Despesas Antecipadas	812	96
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.416	1.688
1.02	Ativo Não Circulante	40.617	23.330
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.848	976
1.02.01.03	Contas a Receber	41	44
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	41	44
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	875	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	932	932
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	932	932
1.02.02	Investimentos	79	79
1.02.02.01	Participações Societárias	79	79
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	79	79
1.02.03	Imobilizado	38.690	22.275
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.960	12.795
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	24.730	9.480

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	129.201	91.931
2.01	Passivo Circulante	26.239	15.918
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.495	1.882
2.01.01.01	Obrigações Sociais	700	574
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.795	1.308
2.01.02	Fornecedores	9.510	4.103
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.111	1.194
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.399	2.909
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.134	4.793
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.528	4.362
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.252	3.773
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	276	589
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	580	421
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	26	10
2.01.05	Outras Obrigações	7.100	5.140
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.145	925
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.145	925
2.01.05.02	Outros	5.955	4.215
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	3.193
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	550	472
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	5.405	550
2.02	Passivo Não Circulante	19.296	13.016
2.02.02	Outras Obrigações	19.296	13.016
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.024	9.760
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	16.024	9.760
2.02.02.02	Outros	3.272	3.256
2.03	Patrimônio Líquido	83.666	62.997
2.03.01	Capital Social Realizado	33.477	30.575
2.03.04	Reservas de Lucros	29.520	32.422
2.03.04.01	Reserva Legal	3.262	3.262
2.03.04.02	Reserva Estatutária	26.258	29.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.669	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.481	116.140	27.209	74.708
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.683	-74.163	-20.023	-54.270
3.03	Resultado Bruto	10.798	41.977	7.186	20.438
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.760	-11.177	-2.165	-8.892
3.04.01	Despesas com Vendas	-70	-334	-95	-240
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.362	-11.658	-2.912	-10.133
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	672	815	842	1.481
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.038	30.800	5.021	11.546
3.06	Resultado Financeiro	1.040	371	26	611
3.06.01	Receitas Financeiras	1.400	1.355	1.139	1.364
3.06.02	Despesas Financeiras	-360	-984	-1.113	-753
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.078	31.171	5.047	12.157
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.736	-10.502	-1.837	-4.380
3.08.01	Corrente	-2.793	-10.524	-1.837	-4.380
3.08.02	Diferido	57	22	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.342	20.669	3.210	7.777
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.342	20.669	3.210	7.777
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,45000	1,74000	0,27000	0,65000
3.99.01.02	PNB	0,00000	0,00000	0,27000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	5.342	20.669	3.210	7.777
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.342	20.669	3.210	7.777

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.053	6.144
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.245	8.678
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	20.669	7.777
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	1.508	740
6.01.01.03	Variação Cambial	-15	-291
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para perda nos Estoques	-683	271
6.01.01.05	Outros	766	181
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.192	-2.534
6.01.02.01	(aumento)/redução - Contas a receber	8.779	-3.541
6.01.02.02	(aumento)/redução - Estoques	-22.733	-9.366
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-1.464	-3.402
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros Ativos	-84	1.271
6.01.02.05	(aumento)/redução - Fornecedores	5.407	5.688
6.01.02.06	(aumento)/redução - Obrig. sociais e trabalhistas	1.613	1.178
6.01.02.07	(aumento)/redução - Obrig. fiscais	1.341	3.693
6.01.02.08	(aumento)/redução - Outros Passivos	4.949	1.945
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.995	-7.266
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-17.927	-6.448
6.02.02	Aplicações financeiras	-1.068	-818
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.995	-18
6.03.01	Empréstimos obtidos	6.011	3.450
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-825	-1.228
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-3.191	-2.240
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.053	-1.140
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.493	6.112
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.546	4.972

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.575	0	32.422	0	0	62.997
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.575	0	32.422	0	0	62.997
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.902	0	-2.902	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	2.902	0	-2.902	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.669	0	20.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.669	0	20.669
5.07	Saldos Finais	33.477	0	29.520	20.669	0	83.666

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	19.425	0	32.086	0	0	51.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	19.425	0	32.086	0	0	51.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.777	0	7.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.777	0	7.777
5.07	Saldos Finais	19.425	0	32.086	7.777	0	59.288

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	122.076	81.104
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	121.906	80.169
7.01.02	Outras Receitas	170	935
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-67.382	-47.430
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.892	-36.154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.490	-11.276
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.694	33.674
7.04	Retenções	-1.341	-1.417
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.341	-1.417
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.353	32.257
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.591	3.246
7.06.02	Receitas Financeiras	6.946	2.629
7.06.03	Outros	645	617
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	60.944	35.503
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	60.944	35.503
7.08.01	Pessoal	14.216	11.992
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.810	9.028
7.08.01.02	Benefícios	2.589	2.287
7.08.01.03	F.G.T.S.	817	677
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.114	13.084
7.08.02.01	Federais	14.438	8.675
7.08.02.02	Estaduais	4.673	4.406
7.08.02.03	Municipais	3	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.945	2.650
7.08.03.01	Juros	984	825
7.08.03.02	Aluguéis	372	560
7.08.03.03	Outras	5.589	1.265
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.669	7.777
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.669	7.777

Notas explicativas às Informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia” ou “Nortec Química”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezesete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Brainfarma, Cristália, União Química, Aspen, Takeda, Medley e Eurofarma.

1.1 Eventos ocorridos no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015:

- a. **Anvisa:** A Companhia sofreu uma inspeção realizada no período de 03 a 08 de agosto de 2015 pelo órgão de Vigilância Sanitária (Anvisa), resultando em um termo de interdição parcial para suas atividades de fabricação de insumos farmacêuticos (IFA’S) expedido as 11:15 de 23 de setembro de 2015. Os estoques de IFA’S (Insumos Farmacêuticos Ativos) disponíveis na data da interdição, bem como os produtos de revenda, não foram alvo da citada interdição. A Companhia diligenciou ações imediatas de adequações na área produtiva, emissão e revisão de procedimentos internos e treinamento de pessoal, a fim de atender às exigências apontadas pela Agência Reguladora. Assim sendo, em 28 de setembro, a Companhia apresentou à ANVISA e SUVISA, um Relatório de Ações Corretivas implementadas, e ao mesmo tempo solicitou uma nova inspeção para o início do mês de outubro, para fins de desinterdição.
- b. **Compra de um Terreno:** Em setembro de 2015, a Companhia adquiriu uma área de 14.974,98 m² da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, contígua às suas atuais instalações industriais, pelo valor de R\$1,1 milhão, para futuras ampliações.

2 Apresentação e base de preparação das Informações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias para o trimestre findo 30/09/2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Deliberação da CVM 581, de 31 de julho de 2009, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As políticas contábeis adotadas nestas Informações Trimestrais - ITR foram consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A emissão das presentes informações financeiras, contidas nas Informações Trimestrais - ITR, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.3 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- **Receita de venda** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
 - a. A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
 - b. A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
 - c. O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
 - d. É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

- e. Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

- **Juros (receita financeira)** - A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.4 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (o real), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

3.5 Custo dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos exceto os que são destinados a aquisição ou construção de ativos, os custos com esses empréstimos são capitalizados no ativo.

3.6 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

Os empréstimos do BNDES, conforme mencionado na nota explicativa 12, possuem taxas que são consideradas de mercado para os tipos de operação que financia; portanto, não são considerados como subvenções governamentais.

3.7 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Isenção de impostos sobre as vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao coquetel da Aids, conforme o convenio 10/2002 do ICMS.

3.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

3.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.14 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um Companhia gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado, O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 18.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do ativo na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulada alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulada reconhecida em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

3.15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

a. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 18.

b. *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

c. *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

d. *Contratos de garantia financeira*

A Companhia não possui contratos de garantia financeira.

e. *Baixa de passivos financeiros*

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.16 Investimentos

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

3.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Trimestrais conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas 3 e 18, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 18 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.2 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas

Os novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas que poderiam ser relevantes para a Companhia estão divulgados abaixo:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A norma não foi adotada de maneira antecipada pela Companhia que está avaliando o impacto da norma nas demonstrações financeiras. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 “Receita de Contratos com Clientes”, exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

5 Caixa e equivalente de caixa

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	7.738	5.906
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	1.808	587
	9.546	6.493

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Aplicações financeiras

	30/09/2015	31/12/2014
Operações compromissadas - DI	7.808	7.388
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.639	3.991
	12.447	11.379

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 92% a 101,5% do CDI.

7 Contas a receber

	30/09/2015	31/12/2014
Clientes nacionais (i)	13.723	24.471
Clientes estrangeiros	3.856	1.887
Total	<u>17.579</u>	<u>26.358</u>

- (i) A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda e a Blanver Farmoquímica Ltda representam cerca de 58 % do saldo de contas a receber de clientes nacionais (70% em 31 de dezembro de 2014). Atualmente são considerados uns dos principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1).

Idade do saldo de contas a receber de clientes

	30/09/2015	31/12/2014
A vencer	16.005	11.371
Vencidos até 30 dias	419	8.456
Vencidos de 31 até 60 dias	426	4.807
Vencidos de 61 até 90 dias	129	774
Vencidos de 91 até 120 dias	73	257
Vencidos de 121 até 180 dias	-	239
Vencidos acima de 180 dias	527	454
	<u>17.579</u>	<u>26.358</u>

A Administração da Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os montantes vencidos há mais de 91 dias, referem-se a vendas destinadas ao Governo. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis.

8 Estoque

	30/09/2015	31/12/2014
Produtos acabados (a)	11.252	7.245
Produtos em processo	6.303	4.324
Produtos para revenda (b)	1.417	463
Importação em andamento	15	523
Matérias-primas (c)	23.450	7.205
Almoxarifado	341	285
	<u>42.778</u>	<u>20.045</u>

- (a) O estoque de produtos acabados da Companhia é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 30 de setembro de 2015: Fumarato de Tenofovir, Lamivudina, Epironolactona, com 16%, 11% e 6% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, os produtos acabados de maior representatividade eram: Lamivudina, Citrato de Orfenadrina e Fumarato de Tenofovir, com 20%, 13% e 12% do saldo total, respectivamente.
- (b) Os produtos para revenda da Companhia que apresentaram maior representatividade em 30 de setembro de 2015, foram: Ácido Acetilsalicílico AAS 200 e Salicilato de Metila, com 39% e 25% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Ácido Acetilsalicílico AAS 200 e Ácido Salicílico, com 61% e 13% do total do saldo da conta, respectivamente.

- (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 30 de setembro de 2015, foram: Tritel-Azido-Timidina, Salicilato de Lamivudina Metil Carbox e Ciclopropiletinil com 22%, 15%, 9% e 9% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Pseudoefedrina Base, Intermediário de Ribavirina, Tiabendazol e Cloreto de 2-Metil-Benzidril, com 21%, 11%, 7% e 6% do total do saldo, respectivamente.

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 662 (R\$ 1.345 em 31 de dezembro de 2014).

9 Impostos a recuperar

	30/09/2015	31/12/2014
IRPJ	511	493
CSLL	497	388
PIS	187	189
COFINS	1.209	1.178
IRRF	647	-
IPI	44	159
IRPJ diferido (i)	422	406
CSLL diferido (i)	152	146
ICMS	534	70
Parcelamento da Lei 12.996/04	468	207
Outros	267	238
	<u>4.938</u>	<u>3.474</u>
Circulante	4.006	2.542
Não Circulante	932	932

- (i) A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal.

10 Investimento

A Companhia possui uma Sociedade em Conta de Participação com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. Com base no acordo de sócios, a Companhia será remunerada em 50% dos resultados auferidos na comercialização dos produtos Fumarato de Quetiapina e Cloridrato de Raloxifeno. Não houve comercialização dos produtos mencionados anteriormente no período de nove meses de 2015 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2014).

11 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação	30/09/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	58	-	58	58
Instalações	10%	11.431	(4.902)	6.529	5.118
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	15.276	(9.140)	6.136	6.238
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	866	(651)	215	222
Veículos	10% a 20%	319	(195)	124	150
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	1.563	(1.112)	451	478
Imobilizado em andamento	-	21.373	-	21.373	9.479
Adiantamento de fornecedores	-	3.357	-	3.358	-
Outros	4% a 20%	2.431	(1.984)	447	532
Total		56.674	(17.984)	38.690	22.275

a. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/14	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/09/15
Terrenos	58	-	-	-	58
Instalações	9.689	-	-	1.742	11.431
Máquinas e equipamentos	14.580	398	-	298	15.276
Móveis e utensílios	848	14	-	4	866
Veículos	224	95	-	-	319
Equipamentos de informática	1.449	126	(12)	-	1.563
Imobilizado em andamento (i)	9.480	13.937	-	(2.044)	21.373
Adiantamento de fornecedores (ii)	-	3.357	-	-	3.357
Outros	2.431	-	-	-	2.431
Total	38.759	17.927	(12)	-	56.674

- (i) Refere-se a valores relativos à construção do almoxarifado para armazenamento de matéria-prima, a ser transferido para o imobilizado em operação a partir do momento em que as obras estiverem concluídas e os benefícios econômicos começarem a ser gerados. Deste saldo total, cerca de R\$ 311 refere-se a juros dos empréstimos capitalizados (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2014). O montante de R\$ 2.044 é relativo a outros projetos já concluídos (R\$ 1.763 em 31 de dezembro de 2014), principalmente referente a Obra Civil (conclusão do arruamento e infraestrutura da unidade 000).
- (ii) Refere-se a adiantamentos feitos pela compra de equipamentos para expansão da unidade fabril 200, que irão compor o ativo imobilizado da Companhia.

b. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/09/15
Terrenos	-	-	-	-	-
Instalações	(4.571)	(331)	-	-	(4.902)
Máquinas e equipamentos	(8.342)	(798)	-	-	(9.140)
Móveis e utensílios	(626)	(25)	-	-	(651)
Veículos	(74)	(121)	-	-	(195)
Equipamentos de informática	(971)	(149)	8	-	(1.112)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Outros	(1.900)	(84)	-	-	(1.984)
Total	(16.484)	(1.508)	8	-	(17.984)

- (i) Em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, parte do ativo imobilizado no montante de R\$9.234, a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao BNDES.

12 Empréstimos e financiamentos

Em milhares de Reais	Moeda	Taxa de juros ao ano	Ano de vencimento	Saldo em 30/09/2015 Valor Contábil	Saldo em 31/12/2014 Valor Contábil
				-	-
Empréstimos com partes relacionadas					
BNDES - Contrato - 08.202.291/010 (b.1)	R\$	4,50%	2016	459	934
BNDES - Contrato - 09.207.681/019 (b.2)	R\$	3,50%	2016	554	948
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (b.3)	R\$	1,5% a 4,5%	2021	6.314	5.305
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (b.3)	R\$	1,5% + Tjlp	2021	5.252	3.427
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (b.3)	R\$	3,50%	2021	3.609	-
Outros acionistas - Contratos de Mútuo (b.4)	R\$	2% + Tjlp	2016	981	965
Total Principal mais juros				17.169	11.579
Juros sobre Financiamentos (Passivo Circulante)				363	-
Juros sobre Financiamentos (Passivo Não Circulante)				875	894
Passivo Circulante (Principal)				782	925
Passivo Não Circulante (Principal)				15.149	9.760
Total dos financiamentos				17.169	11.579

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

(b.1) Contrato BNDES N° 08.202.291/010

Principal: R\$3.000 mil
 Juros: 4,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de 15 de julho/11 e a última em 15 de junho de 2016.
 Garantia: Bens dos sócios majoritários.

(b.2) Contrato BNDES N° 09.207.681 /019

Principal: R\$2.500 mil
 Juros: 3,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de 15 de novembro/11 e a última em 15 de outubro de 2016.
 Garantia: Bens dos sócios majoritários.

(b.3) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996 mil
 Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.
 Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21.
 Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
 Garantia:

(b.4) Empréstimos com outros acionistas (Mútuo)

Principal: R\$714 mil
 Juros: 2% a.a.
 Vencimento: Juros Mensais e TJLP - Vencimento até julho/16
 Garantia -

Cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos (Covenants)

A Companhia apresenta covenants não financeiros nos contratos de empréstimos com o BNDES, que vem sendo monitorado pela Administração. Até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos covenants definidos nos contratos do BNDES descritos nos quadros acima.

13 Partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultado em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, relativos a operações com partes relacionadas, são:

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outros acionistas (Empréstimos) - nota 12	981	965	(44)	(65)
BNDES (Empréstimos) - nota 12	<u>16.188</u>	<u>9.720</u>	<u>(216)</u>	<u>(349)</u>
	<u>17.169</u>	<u>10.685</u>	<u>(260)</u>	<u>(414)</u>
Circulante	1.145	925	-	-
Não-Circulante	16.024	9.760	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro 2014 foram de R\$ 1.452 e R\$ 1.585 respectivamente.

14 Fornecedores

	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	2.111	1.194
Fornecedores estrangeiros (i)	7.399	2.909
	9.510	4.103

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 30 de setembro de 2015, os principais produtos comprados foram: Tritel Azido Timidina, Salicilato de Lamivudina e Tenofovir (em 31 de dezembro de 2014: Tenofovir e Metil Carboxi-imidazol).

15 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.437
Adições	247
Reversões	(92)
Baixas por pagamento	(91)
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.501

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 2.873 (R\$ 2.871 em 31 de dezembro de 2014) relacionados a contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja chance de perda é considerada possível, e pela própria definição, não foi contabilizada.

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	30/09/2015	30/09/2014
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	31.171	12.157
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Despesas não dedutíveis	1.261	1.094
Provisão para contingências	155	95
Exclusões	(1.583)	(412)
Lucro tributável	31.004	12.934
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	10.541	4.398
Outros	(39)	(12)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	10.502	4.380
Alíquota efetiva	34%	34%

b. Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433 Mil. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;
- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

Em 30 de setembro de 2015 o montante de R\$ 1.874 e em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 1.903 está registrado na conta “outras obrigações”.

	30/09/2015	31/12/2014
Parcelamento - IRPJ	443	443
Parcelamento - IRRF	-	183
Parcelamento - CSRF	998	1.027
Parcelamento - CSLL	-	201
Parcelamento - 12.996/14	433	-
Outros	-	49
	<u>1.874</u>	<u>1.903</u>
Circulante	118	87
Não Circulante	1.756	1.816

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2015, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 33.477 (R\$ 30.575 em 31 de dezembro de 2014) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias	%	Total
Acionistas Controladores	9.501.915	80	9.501.915
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	1	0	1
Total	<u>11.877.395</u>	100	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Em 8 de março de 2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária que converteu as ações preferenciais de titularidade do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2014, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Companhia, com base na capitalização da reserva de lucros denominada ‘Reserva de Recompra de Ações’, no valor de R\$ 11.150. O capital social da Companhia de R\$ 19.425 aumentou para R\$ 30.575, sem emissão de novas ações pela Companhia.

Em 30 de abril de 2015, foi realizada uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Companhia, com base na capitalização da reserva de lucros, no valor de R\$ 2.902. O capital social da Companhia de R\$ 30.575 aumentou para R\$ 33.477, sem emissão de novas ações pela Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76 (Lei das S/As).

c. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Tem por objetivo assegurar a integridade do Capital Social.

(ii) Reserva estatutária

Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e investimento na ampliação do parque industrial.

(iii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos no projeto de expansão da planta fabril da Companhia previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral em 30 de abril de 2015.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2009.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 12), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Passivo Circulante	26.239	15.918
Passivo Não Circulante	<u>19.296</u>	<u>13.016</u>
Ativo Total	129.201	91.931
Índice de endividamento líquido	<u>35%</u>	<u>31%</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhados na nota 12.

18.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	9.546	9.546	6.493	6.493
Aplicações financeiras	12.447	12.447	11.379	11.379
Contas a receber	17.579	17.579	26.358	26.358
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(17.169)	(17.169)	(10.685)	(10.685)
Fornecedores	(9.510)	(9.510)	(4.103)	(4.103)

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

18.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

18.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil de sua operação e, portanto, bem equacionado. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

18.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2015, o dólar norte-americano sofreu valorização de 49,57 % frente ao real (2014 - valorização de 13,39%). É a seguinte a exposição ao risco de câmbio em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira:

Ativo	30/09/2015	31/12/2014	Moeda de
	em R\$ Mil	em R\$ Mil	Exposição
Contratos de câmbio em andamento	6.913	3.891	US\$
Contas a receber	3.856	1.887	US\$
Adiantamento a fornecedores	4.171	744	US\$
Passivo: Seguro Transporte	411	221	US\$
Fornecedores	7.399	2.909	US\$

Em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

18.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 21.993 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 17.872 em 31 de dezembro de 2014) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 17.169 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 10.685 em 31 de dezembro de 2014). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

18.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

Do saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 17.579 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 26.358 em 31 de dezembro de 2014), sendo os maiores volumes devidos pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda, Cristália Produtos Químicos Farmacêutico, Blanver Farmoquímica Ltda e a Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica que foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 21.993 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 17.872 em 31 de dezembro de 2014), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Em 30/09/2015				
Fornecedores	9.510	-	-	9.510
Financiamentos	1.145	4.060	11.964	17.169
Em 31/12/2014				
Fornecedores	4.103	-	-	4.103
Financiamentos	925	4.748	5.906	11.579

18.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

19 Receita de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do período findo em 30 de setembro de 2015:

	Trimestre Atual 01/07/15 à 30/09/15	Acumulado do exercício atual 01/01/15 à 30/09/15	Trimestre Anterior 01/07/14 à 30/09/14	Acumulado do exercício anterior 01/01/14 à 30/09/14
Receita bruta	35.256	121.906	28.951	80.169
Menos:				
Vendas Canceladas	(156)	(840)	(67)	(801)
Impostos sobre vendas	(1.619)	(4.926)	(1.675)	(4.660)
	<u>33.481</u>	<u>116.140</u>	<u>27.209</u>	<u>74.708</u>

20 Custos dos Produtos Vendidos

	Trimestre Atual 01/07/15 à 30/09/15	Acumulado do exercício atual 01/01/15 à 30/09/15	Trimestre Anterior 01/07/14 à 30/09/14	Acumulado do exercício anterior 01/01/14 à 30/09/14
Custos Produtos Vendidos	(21.885)	(70.744)	(19.041)	(51.982)
Custos Produtos Revendidos	(798)	(3.419)	(982)	(2.288)
	<u>(22.683)</u>	<u>(74.163)</u>	<u>(20.023)</u>	<u>(54.270)</u>

21 Resultado financeiro

	Trimestre Atual 01/07/15 à 30/09/15	Acumulado do período atual 01/01/15 à 30/09/15	Trimestre Anterior 01/07/14 à 30/09/14	Acumulado do período anterior 01/01/14 à 30/09/14
Despesas financeiras				
Juros	(94)	(273)	(92)	(327)
Outros	(266)	(711)	(211)	(426)
	<u>(360)</u>	<u>(984)</u>	<u>(303)</u>	<u>(753)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	436	1.112	338	946
Outros	49	228	41	127
	<u>485</u>	<u>1.340</u>	<u>379</u>	<u>1.073</u>
Variação cambial, líquida	<u>915</u>	<u>15</u>	<u>(50)</u>	<u>291</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.040</u>	<u>371</u>	<u>26</u>	<u>611</u>

22 Despesas operacionais

	Trimestre Atual 01/07/15 à 30/09/15	Acumulado do período atual 01/01/15 à 30/09/15	Trimestre Anterior 01/07/14 à 30/09/14	Acumulado do período anterior 01/01/14 à 30/09/14
Despesas com vendas	<u>70</u>	<u>334</u>	<u>95</u>	<u>240</u>
Despesas operacionais				
Despesas com pessoal	1.855	5.235	1.491	4.231
Serviços de terceiros (i)	1.348	3.292	701	1.947
Ocupação e utilidades	568	1.426	529	1.293
Despesas administrativas	455	1.207	57	1.159
Impostos e taxas (ii)	39	205	37	1.230
Depreciação	97	293	97	273
	<u>4.362</u>	<u>11.658</u>	<u>2.912</u>	<u>10.133</u>
	<u>4.432</u>	<u>11.992</u>	<u>3.007</u>	<u>10.373</u>

- (i) Em junho de 2015 a Administração da Companhia contratou uma empresa especializada, para auxiliá-la na elaboração do Planejamento Estratégico.
- (ii) Em janeiro de 2014, ocorreu o indeferimento da homologação dos créditos tributários pela Receita Federal no montante R\$843, utilizados para compensar impostos federais (IRRF, IRPJ, CSLL, CSRF) em anos anteriores. Com o indeferimento desses créditos, a Companhia optou em parcelar os débitos que foram objetos de compensação.

23 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 82.460 para danos materiais (R\$ 84.115 em 31 de dezembro de 2014), e R\$ 25.480 para responsabilidade civil (R\$ 20.780 em 31 de dezembro de 2014).

24 Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), as tabelas a seguir reconciliam o lucro dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	30/09/2015	30/09/2014
Lucro líquido	20.669	7.777
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	<u>11.877</u>	<u>11.877</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	<u>1.74</u>	<u>0.65</u>

25 Eventos Subsequentes

Em 29 de outubro de 2015, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), através da SUVISA/RJ (Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro), emitiu o termo de desinterdição da Atividade de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Administração da Companhia estima que a interdição parcial da produção não trará impacto relevante no faturamento de 2015, mas poderá provocar um aumento no prazo de permanência dos estoques.